



# PREPARAR A GREVE GERAL UNITÁRIA PARA O DIA 8 DE JULHO



O sucesso da marcha unitária do dia 11 de junho provocou inúmeras crises entre os que defendem a reforma da previdência. Para esconder e tentar resolver essas crises, orquestra-se uma reação: **a cada dia que passa, aumenta brutalmente a pressão para que os servidores públicos aceitem a retirada de direitos.** É uma pressão que começa no FMI e termina em nossa mesa de trabalho com o claro objetivo de dividir nosso movimento unitário para fazer passar a reforma.

O FMI impôs a PEC 40 para retirar direitos que provocam reduções de até 60% ou 80% de nossos salários no momento da aposentadoria! Diante de uma perda tão brutal, poderíamos nós aceitar a oferta de “perder menos?” **Por exemplo, em vez de perder 60%, como seria com a PEC 40, porque deveríamos aceitar outra redação na lei que nos faça perder “apenas” 20% ou 30%?**

Está claro que esse caminho nos leva a aceitar a reforma e o seu ponto cen-

tral que é a criação dos fundos de previdência, que se viabilizam pela fixação do teto de R\$ 2.400,00 e pela quebra da paridade entre ativos e aposentados. Seria isso aceitável? Se passar essa reforma, o que mais virá de imposições do FMI e que também teríamos que aceitar? Alguém acredita que pode salvar o país continuando a mesma política que o quebrou?

O governo já disse que não negocia. No Congresso, já foi anunciada a convocação extraordinária em julho para acelerar a tramitação.

Diante disso, os quase 500 delegados da Plenária Nacional dos servidores federais, eleitos pela base, marcaram indicativo de

greve para 8 de julho, com o eixo “*Contra essa reforma da previdência, retirada da PEC 40*”.

Ao lado da retirada da PEC, há entidades que pretendem emendar os pontos principais. Já era assim antes da marcha e **a linha contra essa reforma permitiu construir a unidade.** Mas para existir uma verdadeira negociação a respeito desses pontos principais a PEC 40 deveria, no mínimo, ter sua tramitação suspensa no Congresso.

É por isso que precisamos construir uma greve forte para 8 de julho, elegendo os comandos por local de trabalho, centralizando todos na Plenária Nacional do dia 5, buscan-

do a unidade com os servidores estaduais e municipais. **Se a PEC 40 não for retirada ou, pelo menos, sua tramitação não for suspensa para que haja uma verdadeira negociação, seremos obrigados a recorrer à greve para defender nossos direitos, com início previsto para 8 de julho.**

Para construir a greve precisamos rejeitar a divisão que ocorre a partir da política de denúncias provocativas que tenta colocar uma parcela dos servidores contra a CUT, passando pela discussão de parar de pagar a central e com dirigentes chegando a anunciar que “a cisão não é descartada”. Outros, de fora, aproveitam para falar em “cen-

tral dos servidores” o que só leva água ao moinho da divisão. **A hora é de unidade: abaixo a cisão!**

**Mais do que nunca, precisamos da unidade para alcançar a vitória.** E a construção da unidade é uma batalha permanente. Temos que nos dirigir à direção eleita da CUT para que ela assuma todas as suas responsabilidades na condução da greve, no respeito estrito às decisões das assembleias de base das categorias, conforme o mandato de cada setor a seus delegados.

Com nossa mobilização e nossa unidade, estaremos em condições de demonstrar a toda a população trabalhadora que a defesa dos direitos previdenciários dos servidores se identifica hoje à defesa da nação brasileira contra as imposições do FMI. É por isso que a construção da greve também se faz com base na mesma exigência endereçada ao governo: **Lula olhe para o povo. Não se submeta ao FMI! Arquite a PEC 40 ou suspenda sua tramitação para negociarmos!**

**Todos à luta!**

**URGENTE**

## Resultado da reunião dos servidores com o Presidente da Câmara

A primeira reunião de entidades sindicais com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e o comando da comissão especial de reforma da Previdência terminou com setores do sindicalismo público mantendo a disposição de greve geral por tempo indeterminado a partir do dia 8 de julho. Os representantes das entidades foram avisados de que, apesar da disposição de negociar, a proposta não será retirada do Congresso e os seus pontos básicos são inegociáveis. Para os representantes da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Cnesf), que no último dia 15 decidiram pela greve e hoje participaram da reunião, as alterações permitidas pelo governo serão apenas “acessórias” e não atendem aos servidores.

**ASSEMBLÉIA GERAL - HOJE**  
**(QUINTA-FEIRA 26/06) ÀS 12H NO ESPAÇO DO SERVIDOR**